



EDITAL CONCORRÊNCIA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026
Processo Administrativo nº 378/2026
INVERSÃO DE FASES (§1º DO ARTIGO 17 DA LEI 14.133/2021)

OBJETO: Contratação de empresa no ramo de construção civil, para execução de obra, referente PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM EM VIAS PÚBLICA, localizada no município de Pequizeiro/TO, conforme planilhas, projetos e anexos do edital. Convenio - 868658/2018, que constituem parte integrante do presente processo licitatório.

Valor estimado da contratação: R\$ 196.399,67 (cento e noventa e seis mil, trezentos e noventa e nove reais e sessenta e sete centavos).

INVERSÃO DE FASES

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	INÍCIO DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS
Dia 29/06/2026 às 08:00hs Min	ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: Data 29/06/2026 as 8:30horas minuto

ABERTURA

ABERTURA DA SESSÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA:
29/06/2026 as 8:30horas minuto

RETIRADA DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS, EXAME, E LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SEÇÃO

A retirada do edital poderá ser realizada pelos seguintes:, (<https://licitanet.com.br/>).ou diretamente Portal da transparência: pequizeiro.megasofttransparencia.com.br/ Os esclarecimentos e exame serão através do telefone (63) 3427 1103 -1119. Já a realização da concorrência ocorrerá no site: (<https://licitanet.com.br/>).

SISTEMA ELETRÔNICO: <https://licitanet.com.br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

PNCP: (www.gov.br/pncp)

LICITANET - (<https://licitanet.com.br/>).

PREFEITURA DE PEQUIZEIRO: (cpl.pequizeiro@gmail.com)

REFERÊNCIA DE TEMPO: PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA (DF).

NÃO HAVENDO EXPEDIENTE NA DATA SUPRACITADA, A DATA LIMITE PARA ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS, BEM COMO A DATA PARA A SESSÃO DO CONCORRÊNCIA FICARÁ PRORROGADA PARA O PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE, NOS MESMOS HORÁRIOS.



SUMÁRIO

I – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	3
II – DADOS DO CERTAME	3
III – DA AQUISIÇÃO DO EDITAL.....	4
IV – DO OBJETO	4
V – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	5
VI – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA	5
VII – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	5
VIII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	9
IX - DA VISITA TÉCNICA AO LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO.....	9
X – DA INVERSÃO DE FASE – HABILITAÇÃO	11
XI – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	12
XII – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	14
XIII – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	15
XIV – DA FASE DE JULGAMENTO.....	21
XV – DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	24
XVI – DOS RECURSOS	32
XVII – DA REABERTURA DA SESSÃO	33
XVIII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	33
XIX – DA CONTRATAÇÃO	33
XX – DA CAUÇÃO CONTRATUAL.....	35
XXI– DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, DA PRORROGAÇÃO, DAS ALTERAÇÕES E DAS CONDIÇÕES DE REAJUSTE	36
XXII – DO REGIME DE EXECUÇÃO, DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO.....	36
XXIII – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO	36
XXIV – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.....	36
XXV – DO PAGAMENTO	37
XXVI – DA SUBCONTRATAÇÃO.....	37
XXVII – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	37
XXVIII – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL	39
XXIX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	41
XXX – DOS ANEXOS DO EDITAL.....	42

EDITAL CONCORRÊNCIA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026

Processo Administrativo nº 378/2026

INVERSÃO DE FASES (§1º DO ARTIGO 17 DA LEI 14.133/2021)

PREÂMBULO

EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº06/2026

INVERSÃO DE FASES (§1º DO ARTIGO 17 DA LEI 14.133/2021)

SISTEMA ELETRÔNICO: <https://licitanet.com.br/>

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº378/2026

ORGÃO: Prefeitura Municipal de Pequizeiro/TO.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº.01/2022, Lei Complementar nº 123, de 2006 e demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEQUIZEIRO**, torna público para conhecimento dos interessados a realização de Licitação, na Modalidade de **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA** – tipo – **MEMOR PREÇO GLOBAL**, pelo regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, visando a Contratação de empresa especializada na execução de obra de engenharia para PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM EM VIAS PÚBLICA no Município de Pequizeiro/TO, em conformidade com o Contrato de Repasse nº 868658/2018, atendendo às quantidades, especificações técnicas e demais exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos, que constituem parte integrante do presente processo licitatório, nos termos Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº.01/2022, Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº147/20214 e ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e demais anexos.

I – FUNDAMENTO LEGAL: Reger-se-á pelas legislações aplicáveis, em especial pela Lei Federal nº14.133/2021, Decreto Municipal Nº.01/2022, Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº147/20214 e do Decreto N.º 8.538, de 2015 e demais legislação aplicável e ainda, de acordo com as condições fixadas neste instrumento convocatório.

II – DADOS DO CERTAME

2.1. Órgão Solicitante: Prefeitura Municipal de Pequizeiro/TO

2.2. Modos de Disputa: Aberto (**Inciso I do art. 56 da Lei Nº14.133/2021**)

2.2.1. Orçamento: Valor Estimado: R\$ 196.399,67 (cento e noventa e seis mil, trezentos e noventa e nove reais e sessenta e sete centavos).

2.3. Sistema Eletrônico Utilizado: plataforma eletrônica **SISTEMA ELETRÔNICO:** **SISTEMA ELETRÔNICO:** <https://licitanet.com.br/>

2.3.1. Endereço Eletrônico: <https://licitanet.com.br/>

2.4. Data da sessão: 29/06/2026

2.4.1. Horário: 08:30 horas

2.5. Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o horário de Brasília/DF.

2.6. As propostas iniciais e documentos de habilitação serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: <https://licitanet.com.br/>

2.7. A licitante interessada em participar da presente licitação deverá se credenciar na plataforma eletrônica LICITANET, para que possa operar e praticar todos os atos e operações no sítio <https://licitanet.com.br/>

2.8.

2.9. na data definida, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação em contrário.

III – DA AQUISIÇÃO DO EDITAL

3.1. O Edital estará disponível gratuitamente no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Pequizeiro/TO, no seguinte endereço: pequizeiro.megasofttransparencia.com.br/ e no endereço eletrônico: <https://licitanet.com.br/>

IV – DO OBJETO

4.1. Contratação de empresa no ramo de construção civil, para execução de obra, referente PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM EM VIAS PÚBLICA, localizada no município de Pequizeiro/TO, conforme planilhas, projetos e anexos do edital. Convenio - 868658/2018, que constituem parte integrante do presente processo licitatório.

A descrição detalhada do objeto consta no Termo de Referência-Anexo I deste Edital, tendo as Licitantes interessadas em participar desta Licitação, a obrigação de analisá-lo cuidadosamente, pois, no caso de eventual divergência entre o mesmo e a especificação divulgada pelo site: <https://licitanet.com.br/>

4.2. prevalecerá a descrição do Termo de Referência – Anexo I, deste Edital, para efetivação da contratação.

V - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas oriundas do objeto desta licitação ocorrerão por conta dos recursos orçamentários específicos consignados do Orçamento Programa, obedecendo a seguinte classificação:

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DESPESA								
FICHA	ÓRGÃO	UNI	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. /ATIV.	CLASSIFICAÇÃO	FONTE
212	02	14	15	451	0006	1007	4.4.90.51	1.700.0000.0000 1.701.0000.0000 2.700.0000.0000

VI – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

6.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, pelo regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, observada às especificações técnicas constantes do Anexo I e demais condições definidas neste Edital e demais anexos.

6.2. Será utilizado o modo de disputa “**ABERTO**”, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes. (**Inciso I do art. 56 da Lei Nº14.133/2021**).

VII – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

7.1. Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado junto a plataforma eletrônica **SISTEMA ELETRÔNICO**: <https://licitanet.com.br/>

7.1.1. Realizar o cadastro junto ao portal/provedor do sistema, cujo cadastro é de responsabilidade do licitante, sua utilização e eventuais dúvidas de operação devem ser sanadas com o suporte do provedor – plataforma eletrônica: **SISTEMA ELETRÔNICO**: <https://licitanet.com.br/>

7.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados

7.4. As informações prestadas no ato do cadastro, assim como a documentação inserida na plataforma, são de inteira responsabilidade do interessado, cabendo-lhe certificar-se, antes do seu cadastro, de que atende a todos os requisitos para participar desta licitação.

7.5. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, seus Anexos e no Projeto Básico – Anexo I deste Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário impedimento da proponente, no referido certame e poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.6. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do Projeto Básico – ANEXO I deste Edital.

7.7. Como requisito para participação nesta Concorrência Eletrônica, o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do Projeto Básico – ANEXO I deste Edital.

7.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e na Lei Federal n.º 14.133/2021.

7.9. A participação na Concorrência Eletrônica se dará por meio da digitação da senha

pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecido.

7.10. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Concorrência Eletrônica, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão constante na plataforma:

7.10.1. Esclarece-se, o referido pagamento/remuneração possui amparo legal o inciso II do Parágrafo Único, do art. 176 da Lei n.º 14.133/2021.

7.11. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

7.12. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o Município de Pequizeiro/TO, em nenhuma hipótese responsável pelos, mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.

7.13. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

7.14. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>

7.15. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a Concorrência Eletrônica.

7.16. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Pequizeiro/TO, Estado do Tocantins, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

7.17. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

7.18. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art.16 da Lei Nº14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar Nº123, de 2006 e do Decreto Nº8.538 de 2015.

7.19. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar n.º 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Agente de Contratação ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

7.20. Não poderão disputar esta licitação:

7.20.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.20.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica;

7.20.3. Empresa, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;

7.20.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.20.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.20.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

7.20.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.20.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição

7.20.9 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

7.20.10. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

7.20.10.1. A vedação da participação de empresas na forma de consórcio neste processo licitatório, está fundamentada no entendimento e aplicação dos princípios e dispositivos estipulados pela Lei nº 14.133/2021, conhecida como a nova Lei de Licitações e Contratos;

7.20.10.2. Considerando os objetivos essenciais do processo licitatório, conforme descrito no Art. 11 da Lei nº 14.133/2021, dentre os quais se destacam a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, o tratamento isonômico entre os licitantes, e a promoção da competição justa, a formação de consórcios pode, em casos específicos como este, não ser a opção mais eficiente ou segura para a Administração Pública;

7.20.10.3. Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio”.

7.21. O impedimento de que trata o item 7.20.4, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do

licitante.

7.22. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 7.20.2, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

7.23. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.24. A vedação de que trata o item 7.20.9. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

VIII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

8.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação do art. 164 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

8.2. A resposta à impugnação **ou** o pedido de esclarecimento será divulgado por meio da plataforma eletrônica, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame. (Parágrafo Único do art. 164 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, mediante petição.

8.4. Os esclarecimentos serão prestados pelo Agente de Contratação, por meio de e-mail e pela plataforma eletrônica: <https://www.licitanet.com.br> aos interessados.

8.5. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente, exceto quando se tratar de matéria de ordem pública.

8.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

8.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação (§2º do art. 16 da IN Seges/ME nº 73, de 2022).

8.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

IX – DA VISITA TÉCNICA AO LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. As empresas interessadas em participar do certame **PODERÃO** vistoriar o local onde serão executados os serviços, com fins de conhecimento prévio da localização e características da área, inteirando-se das condições técnicas e da complexidade que envolve a execução do objeto, obtendo assim, o Atestado de Vistoria que será expedido por servidor competente, designado pela Secretaria Municipal de Transportes e Obras de Pequizeiro/TO, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de seu desconhecimento quanto às condições locais da instalação. Registra-se que a realização da visita do local onde serão realizados os serviços, visa oportunizar à licitante examinar, conferir e constatar todos os detalhes, condições e características técnicas e locais, complementando com as informações constantes no Processo Administrativo através dos documentos técnicos específicos do objeto, para que a empresa tome conhecimento de

tudo que possa influir acerca de sua participação no certame, elaboração de sua proposta e, se vencedora, na execução do objeto, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de seu desconhecimento quanto às condições locais para execução do objeto.

9.2. Mesmo que facultada a realização da visita técnica, a Contratante “sugere” que, a mesma, seja realizada, preferencialmente, por responsável devidamente autorizado pela licitante, que tenha capacidade técnica suficiente para inteirar-se das condições e complexidades que envolvem a execução do objeto. Sendo de inteira responsabilidade da licitante a nomeação/autorização do responsável para tal, bem como as informações que este lhe repassar acerca do local, da obra e das características extraídas através da visita realizada.

9.3. Os aspectos que as licitantes julgarem duvidosos dando margem à dupla interpretação, ou omissos nas especificações, deverão ser apresentados à Fiscalização devidamente formalizados e elucidados antes da licitação da obra/serviços. Após esta fase, qualquer dúvida poderá ser interpretada apenas pela Fiscalização, não cabendo qualquer recurso ou reclamação, mesmo que isso venha a acarretar acréscimo de serviços não previstos no orçamento apresentado por ocasião da Licitação.

9.4. A visita técnica poderá ser realizada por representante da empresa licitante o qual deverá apresentar documento de identidade com foto, sendo acompanhado pelo servidor municipal competente, que certificará a realização da referida visita com a expedição do Atestado de Visita do Local.

9.5. Para realização da visita técnica a licitante deverá agendar antecipadamente dia e horário na Secretaria Municipal de Transporte e Obras de Pequizeiro/TO ou através do E-mail: 7cpl.pequizeiro@gmail.com, entre os horários das 09h00min às 15h00min, que poderá designar profissional para acompanhar o representante da empresa até o local, bem como expedir o atestado de vistoria em nome da empresa. A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, no horário pré-agendado.

9.6. É vedada a realização de visita técnica por mais de um representante de licitante no mesmo dia e horário. Devendo a servidor (a) municipal responsável pelo agendamento e/ou realização da visita administrar a efetivação das visitas de modo que não haja coincidências de agenda.

9.7. Em virtude da realização da visita técnica, a licitante receberá o **Atestado de Visita** que será expedido pelo (a) servidor (a) designado (a) pela Administração Municipal, comprovando que foi realizada a exigida vistoria, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento quanto às condições locais da instalação por parte da licitante.

9.5.1. As licitantes **que optarem por não realizar a vistoria do local da obra, deverão declarar** ciência da localização, condições, características e complexidades técnicas e locais que envolvem a execução do objeto e elaboração da proposta de preços a ser apresentada na sessão desta licitação, comprometendo-se, **se vencedora**, a executar o objeto desta licitação para o qual foi vencedor conforme descreve este Edital e seus anexos. Para tanto, deve observar o modelo de **Declaração Própria, constante do ANEXO IV DESTE EDITAL.**

9.5.2. O **Atestado de Vistoria ou a Declaração Própria-ANEXO IV** citados acima deverão entregues juntamente com os documentos de habilitação, como requisito de habilitação técnica.

9.6. Não serão admitidas, posteriormente, qualquer alegação por parte das empresas

participantes e da vencedora, de seu desconhecimento quanto às condições locais para a execução do objeto, tenham realizado ou não a vistoria.

9.6.1. É de exclusiva responsabilidade do licitante, a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da sua omissão na verificação do local de instalação e execução da obra/serviços.

X – DA INVERSÃO DE FASE – HABILITAÇÃO

10.1. A Concorrência Eletrônica se dará com **INVERSÃO DE FASES** nos termos previstos no § 1º do artigo 17 da Lei 14.133/2021, o qual possibilita a habilitação dos licitantes preceder a fase de envio de lances, onde se almeja a contratação de melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame.

10.2. A inversão de fases terá como benefícios a verificação prévia da qualificação técnica, da experiência e da qualidade dos serviços prestados pelos licitantes, em busca de atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no Projeto Básico – Anexo I e neste Edital, na tentativa de evitar a mácula no preço com a realização da disputa de lances antes do julgamento da capacidade de execução do objeto. Assim, a disputa ocorrerá após a análise da habilitação dos licitantes, sendo o menor preço o critério decisivo na escolha da melhor proposta para a administração.

10.3. A possibilidade de se inverter as fases traz benefícios quanto a verificação prévia da qualificação técnica, antecedendo a demonstração da experiência e qualidade dos serviços prestados pelos licitantes, buscando assim o atendimento aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no Projeto Básico – Anexo I e deste Edital, bem como almejando a administração, evitar a mácula no preço com a realização da disputa de lances antes do julgamento da capacidade de execução do objeto. Desta forma, a disputa se dará posteriormente à análise da habilitação dos licitantes, sendo o menor preço o critério empregado para escolha da **MELHOR PROPOSTA** para a municipalidade.

10.4. Invertendo as fases nos termos da legislação regente a municipalidade almeja avaliar o acervo técnico dentro das exigências elencadas no Projeto Básico – Anexo I e neste Edital, desta forma quantificar as empresas que puderem ofertar nos lances no certame. Adotar o procedimento nos termos do §1º do artigo 17 da NLLC acarreta benefícios ao erário, considerando que a gestão municipal pode avaliar criteriosamente a habilitação das empresas licitantes, com observância na sua capacitação técnica, objetivando assim que sessão de lances tenha participação de empresas que de fato atendem às necessidades da administração dentro das normas vigentes e hábeis a cumprir todos os prazos do futuro contrato.

XI – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento. (**§1º do artigo 17 da Lei 14.133/2021**).

11.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, e **simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço** até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

11.1.2. Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública e sua ausência ensejará em desclassificação.

11.1.2.1. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

11.1.3. Em razão da inversão de fases, a sessão será aberta com a verificação dos documentos de habilitação de todos os proponentes. Decidida a habilitação/inabilitação, haverá prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso e logo após se iniciará a fase de julgamento de propostas das empresas consideradas habilitadas.

11.1.4. As razões recursais só serão apresentadas ao final do julgamento das propostas, sendo que nesse momento só caberá as licitantes manifestação quanto a intenção de recorrer.

11.1.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

11.1.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

11.1.5.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze), na condição de menor aprendiz, nos termos do inciso XXXII do art. 7º da Constituição Federal;

11.1.5.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

11.1.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991;

Obs.: As declarações que o sistema não facultar em campo próprio devem ser apresentadas pelo licitante detentor da melhor proposta juntamente com seus documentos de habilitação.

11.2. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021;

11.4. A falsidade da declaração de que trata os itens 11.1.5 ou 11.3. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;

11.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a(s) proposta(s) inserida(s) no sistema, até a abertura da sessão pública.

11.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lance.

11.7. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

11.7.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do

certame; e

11.7.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (*caput* do art. 7º da IN nº 3, de 2018).

11.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (parágrafo único do art. 7º da IN nº 3, de 2018).

11.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.10. O Licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou segurança, para imediato bloqueio de acesso.

11.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

11.12. Se o sistema assim permitir, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

11.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

11.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

11.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

XII – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

12.1. O Licitante deverá enviar sua proposta de preço, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

12.1.1. Valor Unitário e de Total do item;

12.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico – Anexo I deste Edital. Em caso de divergências entre as quantidades, descrições e especificações divulgadas pelo site: <https://www.licitanet.com.br> e as constantes no Projeto Básico – Anexo I deste Edital, prevaleça estas últimas.

12.1.3. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao previsto para a contratação

12.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

12.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

12.4. Na proposta encaminhada eletronicamente, o licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor do unitário e o valor total item, já considerados e inclusos todos os impostos, tarifas e todas as despesas decorrentes da execução do objeto.

12.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

12.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade como o que dispõe o Projeto Básico – Anexo I, nos Projetos Arquitetônicos, nos Projetos Elétricos, nos Projetos Estruturais, Projetos Hidráulicos, no Projeto Mecânicos, , na Planilha Orçamentária, na Cronograma Físico – Financeiro, e no Memorial Descritivo e nos demais anexos do Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem está incluso do valor proposto todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, leis sociais, ferramentas, seguros, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários para a execução completa dos serviços discriminados nos projetos, relacionados em anexo, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

12.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

12.10. Não serão aceitas propostas com quantitativos inferiores ao previsto para a contratação.

12.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

12.12. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma da CONCORRÊNCIA, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

12.13. No momento da apresentação da proposta, a licitante deverá comprovar o recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de habilitação, em valor não superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições legais aplicáveis;

12.14. A garantia poderá ser apresentada em uma das seguintes modalidades, à escolha da licitante:

12.15. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, avaliados por seus valores econômicos, conforme definição do Ministério da Fazenda;

12.16. Seguro-garantia, emitido por sociedade seguradora devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

12.17. Fiança bancária, emitida por instituição financeira devidamente autorizada a operar

no País pelo Banco Central do Brasil.

12.18. A garantia de proposta deverá possuir validade mínima igual ao prazo de validade da proposta comercial apresentada.

12.19. A não apresentação da garantia, nos termos exigidos neste Edital, implicará a inabilitação imediata da licitante, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

12.20. A garantia de proposta será restituída:

12.21. às licitantes não classificadas ou não vencedoras, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a homologação do resultado da licitação;

12.22. à licitante vencedora, após a assinatura do contrato e a prestação da garantia contratual prevista neste Edital.

12.23. A garantia de proposta poderá ser executada em favor da Administração, nos seguintes casos:

12.24. retirada injustificada da proposta dentro do prazo de validade;

12.25. recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente;

12.26. não manutenção das condições da proposta apresentada;

12.27. apresentação de informações ou documentos falsos durante o procedimento licitatório.

XIII – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

13.1. Da sessão Pública

13.1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente ou por permissão do Agente de Contratação/Comissão de Contratação em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no portal eletrônico: <https://www.licitanet.com.br>.

13.1.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

13.1.3. Em razão da inversão de fases, a sessão será aberta com a verificação dos documentos de habilitação de todos os proponentes. Decidida a habilitação/inabilitação, haverá prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso e logo após se iniciará a fase de julgamento de propostas das empresas consideraras habilitadas.

13.1.4. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e as Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do SISTEMA eletrônico.

13.1.5. Cabe à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do presente procedimento de contratação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

13.1.6. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança de sua proposta e seus documentos de habilitação.

13.1.7. Aberta a sessão pública do certame, as propostas de preços serão irretratáveis, não

se admitindo retificações ou alterações nos preços ou nas condições estabelecidas, salvo quanto aos lances ofertados, na fase própria do certame.

13.1.8. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

13.1.9. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pela Agente de Contratação.

13.1.10. A sessão poderá ser reagendada a critério da Agente de Contratação sempre que se fizer necessário, devendo a Licitante fazer os acompanhamentos devidos.

13.2. Da Classificação das Propostas

13.2.1. Iniciada a etapa competitiva somente com os licitantes habilitados, deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

13.2.1. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Agente de Contratação e os licitantes.

13.3. Da Formalização de Lances

13.3.1. Iniciada a etapa competitiva somente com os licitantes habilitados, os quais deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

13.3.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor Unitário;

13.3.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

13.3.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

13.3.5. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais). Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

13.3.6. O licitante poderá solicitar a exclusão de seu último lance ofertado, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável, que será avaliado pelo Agente de Contratação.

13.3.7. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação, poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja entendido como manifestamente inexecutável.

13.3.8. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

13.3.9. Será adotado para o envio de lances na Concorrência Eletrônica o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

13.3.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso,

será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

13.3.9.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

13.3.9.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

13.3.9.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

13.3.9.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

13.3.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

13.3.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

13.3.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

13.3.13. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

13.3.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação a persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro horas) da comunicação do fato pela Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13.3.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

13.4. Dos Critérios para aplicação de benefícios às ME/EPPs

13.4.1. O Licitante que deixar de assinalar o campo da “Declaração de ME/EPPs não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar Nº123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas.

13.4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionados no artigo 34 da Lei Nº11.448, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar Nº 123, de 2006, e nos termos estabelecidos no preâmbulo do presente instrumento.

13.4.3. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa e empresa de pequeno porte, a houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 10% (dez por cento),

superior à proposta mais bem classificada, conforme disposto no art. 44, § 1º da Lei Complementar 123/06, de proceder-se-á da seguinte forma:

13.4.3.1. A microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observando o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste procedimento.

13.4.3.2. Não sendo vencedora a microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma de sub condição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se esquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

13.4.3.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresa de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

13.4.3.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Nº123/2026.

13.4.3.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

13.5. Da Negociação

13.5.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.5.2. O Agente de Contratação poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para contratação.

13.5.3. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo aceitável, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado de julgamento.

13.5.3.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo aceitável definido pela Administração.

13.5.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do Processo Licitatório.

13.5.5. A Licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance ou valor negociado no prazo máximo de 02 (duas) horas, contado da convocação efetuada pelo Agente de Contratação, ou, em outro prazo determinado pelo agente de contratação.

13.5.5.1. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão de Contratação prorrogar o

prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

13.5.6. A qualquer momento, o agente de contratação poderá suspender a sessão por prazo a ser informado no chat.

13.6. Do envio da proposta atualizada com o último lance e documentos complementares:

13.6.1. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo máximo de 02 (*duas*) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.6.1.1. A proposta readequada deverá ser apresentada em modelo próprio, contendo as informações exigidas neste Edital, impressa em papel personalizado da empresa (se tiver), elaborada em língua portuguesa, apresentada sem alternativas, emendas, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedir a exata compreensão de seu conteúdo, podendo ser observado **O MODELO DO ANEXO**

II DESTE EDITAL, além dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.6.1.2.1. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

13.6.1.3. A proposta deverá ser acompanhada sob pena de desclassificação por:

a) Cronograma Físico-Financeiro, referente aos serviços, constando, além do valor total da obra, os serviços que dispõem executar em cada etapa, com os respectivos percentuais, e o valor do desembolso para cada etapa, obedecendo aos prazos contados a partir do início da obra, e os percentuais de desembolso, deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do **ANEXO I** (Cronograma físico-financeiro), deste Edital.

b) Planilha de Orçamentária com a relação detalhada por item de serviço, com os respectivos preços unitários e preço total de cada item e valor global dos serviços, devendo estar em consonância com a Planilha Orçamentária – **ANEXO I** que acompanha esse Edital.

c) Planilhas de Composição de Preço Unitários.

c) Composição Analítica do BDI com a especificação das despesas indiretas e o lucro – **ANEXO IX**.

13.6.1.4. Os **preços unitários e o preço global não poderão ser superiores aos constantes na Planilha Orçamentária – ANEXO I** deste Edital, sob pena de desclassificação da proposta.

13.6.1.5. A planilha de Orçamentária elaborada pela proponente deve guardar, sob pena de desclassificação da proposta, absoluta fidelidade com a Planilha Orçamentária (**ANEXO I**) integrante deste edital.

13.6.2. Os documentos remetidos nas formas dos subitens acima descritos poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pela Agente de Contratação.

13.6.3. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados pelo Agente de Contratação, deverão ser encaminhados ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Pequizeiro/TO (**Anexo 01**), Rua Pedro Ludovico Teixeira, Centro – Pequizeiro/TO – CEP: 77.795- 000, aos cuidados da Agente de Contratação.

13.6.4. O Agente de Contratação não se responsabilizará por documentos extraviados, nem os que chegarem fora do prazo estabelecido, ocasião em que a Licitante será inabilitada, sendo convocadas as Licitantes subsequentes em ordem de classificação, se for o caso.

13.6.5. É facultado o Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

13.6.6. Após a negociação do preço, a Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

XIV – DA FASE DE JULGAMENTO

14.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art.14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 7.7. deste Edital e no Projeto Básico – Anexo I e demais anexos deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf);

14.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria - Geral da União, <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>; e

14.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União, <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>.

14.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da pessoa física ou, em caso de pessoa jurídica, da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

14.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (§ 1º do art. 29 da IN Nº 3, de 2018).

14.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação (§ 2º do art. 29 da IN Nº3, de 2018).

14.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

14.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

14.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

14.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

14.6.1.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no Sistema com antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14.7. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, em prazo indicado no Chat, sob pena de não aceitação da proposta.

14.7.1.1. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou totalidade de renumeração.

14.7.1.2. Considerar – se à inexecuível a proposta que não possa ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste procedimento de contratação.

14.7.1.3. Antes de desclassificar a proposta de preços, será oportunizado, em caráter de diligência, à empresa licitante de melhor oferta que apresente documento (s) que comprove (m) que o(s) preços (s) ofertado (s) não é (são) inexecuível (eis).

14.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

14.8.1. Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Agente de Contratação;

14.8.2. Contiver vícios insanáveis;

14.8.3. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico – Anexo I e demais anexos deste Edital;

14.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

14.8.5. Apresentar preços unitários ou preço global superiores àqueles constantes da **Planilha Orçamentária – Anexo III** elaborada pelo órgão.

14.8.6. Apresentar preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade

do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

14.8.7. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

14.8.8. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

14.9. No caso de obras e serviços de engenharia, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração. (art. 33 da IN Seges/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022).

14.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

14.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

14.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

14.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

14.9.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não possa ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste procedimento de contratação.

14.9.2. Antes de desclassificar a proposta de preços e/ou lance ofertado, será oportunizado, em caráter de diligência, à empresa licitante de melhor oferta que apresente documento (s) que comprove (m) que (o)s preço (s) ofertados (s) não é (são) inexequível (eis).

14.10. Inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

14.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

14.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

14.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

14.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta.

14.11.2. Considera-se erro no preenchimento de planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

XV – DA FASE DE HABILITAÇÃO

15.1. Os documentos previstos abaixo, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Nº14.133/2021.

15.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

15.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.2.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

15.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

15.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

15.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

15.2.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

15.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.3. COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

15.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

15.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

15.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal que se fará mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Tributos (Mobiliários);

15.3.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

15.3.4.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

15.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

15.3.6. Ficha de Inscrição Municipal, emitido pela Prefeitura do domicílio ou sede da empresa licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, que comprove o regular cadastramento da pessoa jurídica no Cadastro de Contribuintes do ISS – Imposto Sobre Serviços. O documento deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: razão social, número do CNPJ, número da inscrição municipal, endereço da sede, atividades econômicas (CNAE) e situação cadastral.

15.3.7. Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida através do site www.tst.jus.br/certidao, de acordo com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011, ou outra que tenha a mesma comprovação na forma da lei.

15.3.7.1. Para a regularidade fiscal e trabalhista, será aceita certidão positiva com efeito de negativa.

15.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

15.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);

15.4.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais. apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, **comprovando:**

15.4.2.1. Por meio do cálculo de índices contábeis abaixo previstos, em conformidade com o exigido no subitem **15.4.2.1.1.**, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo apresentar separadamente os seguintes elementos: *Ativo Circulante, Ativo Total, Realizável a Longo Prazo, Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, o índice de liquidez corrente (ILC), o Índice de Liquidez Geral (ILG) e o Índice de Solvência Geral (ISG).*

15.4.2.1.1. Declaração, assinada por Profissional área contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo Licitante dos Índices Econômicos nos termos do § 1º, art. 69 da Lei Nº14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

- **Índice de Liquidez Corrente – ILC – igual ou superior a 1,0**

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

AC=Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

- **Índice de Liquidez Geral – ILG – igual ou superior a 1,0**

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

onde:

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

- **Índice de Solvência Geral – ISG – igual ou superior a 1,0**

$$\text{ISG} = \frac{\text{AT}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

onde:

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

15.4.2.1.1. A exigência da referida Declaração é justificada tendo em vista os riscos que a incapacidade financeira da empresa pode causar à Administração Pública Municipal, evitando-se assim, que outros compromissos anteriormente firmados pela empresa, venha a comprometer a sua capacidade de executar o objeto do futuro contrato.

15.4.2.2. Os documentos referidos no subitem **15.4.2.** limitar-se-ão ao último exercício no caso de pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

15.4.2.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todos as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (art. 65, § 1º da Lei Nº14.133/2021).

15.4.2.4. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RBF Nº2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução, quanto a assinar digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileira – ICP – Brasil.

15.4.2.5. Comprovação, na data de abertura da licitação, de PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU CAPITAL SOCIAL, apurado no balanço dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e validado por profissional habilitado da área contábil, de, no mínimo, correspondente a **10% (dez por**

cento) do valor estimado para a contratação, de acordo com o artigo 69, I, §§ 1º e 4º, da Lei nº 14.133/21, **(exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado inferior a 1 (um) nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral)**

15.4.3. Os documentos relativos ao **item 15.4.2. e seus subitens**, deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador ou mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação, a indicação do nome do contador e do número do seu registro no **Conselho Regional de Contabilidade**.

15.4.5. O Microempreendedor Individual deverá apresentar a Declaração Anual de Faturamento – DASN.

15.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Qualificação técnica exigida conforme subitem 3.4. do Projeto Básico – Anexo I deste Edital).

15.5.1. Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins desta contratação, **mediante certidão, em vigor, ou seja, dentro do prazo de validade**, sob pena de inabilitação.

15.5.2. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, **mediante certidão, em vigor, ou seja, dentro do prazo de validade**, sob pena de inabilitação.

15.5.3. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Projeto Básico.

15.5.3.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

15.5.4. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

15.5.2 A licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnico-Operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução, pela empresa, de obra(s) de engenharia de natureza semelhante e complexidade equivalente à contratada, abrangendo, no mínimo, os serviços de maior relevância técnica, definidos a seguir:

ITENS RELEVANTES	100%	50%
Item 2.4.0.5 EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO COM ASFALTO DILUÍDO CM-30, PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024 (1.642,74m²);		
Item 2.5.0.1 PAVIMENTO COM TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO, COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C, COM CAPA SELANTE E ROLO COMPACTADOR DE PNEUS. AF_11/2025 REFERÊNCIA: SINAPI 104379 (1414,86m²);		
Item 2.7.0.1 GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 45 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 30 CM BASE DA SARJETA) X 22 CM ALTURA. AF_01/2024 (254,28m);		
Item 2.7.0.2 GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 15 CM BASE X 30 CM ALTURA. AF_01/2024 (257,79m);		
Item 2.8.0.2 EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022 (23,32 m³).		

15.5.3 O(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar execução de obra com quantitativo mínimo equivalente a 50 % dos principais itens de maior relevância técnica, conforme projeto básico, podendo ser somados mais de um atestado para alcançar o percentual.

15.5.4 O(s) atestado(s) deverá(ão) estar acompanhado(s) de Certidão(ões) de Registro de Atestado (CAT) emitida(s) pelo CREA/CAU, vinculada(s) ao responsável técnico da empresa à época da execução da obra.

15.5.5 A licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnico-Profissional, em nome de engenheiro civil integrante de seu quadro permanente ou contratado, comprovando participação direta na execução de obra(s) de natureza semelhante, com serviços de estrutura de concreto, pavimentação e drenagem.

15.5.6 O(s) atestado(s) deverá(ão) estar registrado(s) no CREA/CAU, acompanhado(s) da respectiva CAT.

15.5.7 O vínculo do profissional com a licitante deverá ser comprovado por meio de:

- a) Cópia da Carteira Profissional de Trabalho;
- b) Ficha de Registro de Empregados (FRE);
- c) Contrato de prestação de serviços dentro da legislação civil comum, que demonstrem a identificação do(s) profissional(ais);
- d) Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado desde que acompanhada da **anuência deste**;

15.5.8 Os profissionais indicados deverão participar da execução dos serviços até a conclusão final do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, em condições idênticas de disponibilidade e dedicação aos trabalhos, desde que aprovada pela Fiscalização a comprovação de qualificação técnica exigida neste item;

15.5.9 Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas.

15.5.4.1.1.1. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita por meio do ato constitutivo, da mesma.

15.5.4.1.2. A CAT constituirá prova da capacidade técnico – profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado comprovar seu vínculo com a empresa proponente, mediante uma das comprovações constantes no subitem **15.5.7. deste Edital**.

15.4.5.1.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, à apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

15.5.5.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da

legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

15.5.5.1.6. Atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

15.5.5.1.7. O licitante disponibilizará quando lhe for solicitado todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

15.6. DAS DECLARAÇÕES

15.6.1. Apresentação de **Declaração de Responsabilidade**, de que manterá o (s) profissional (ais) indicado (s) como responsável (eis) técnico (s), na direção e execução dos trabalhos no local da obra/serviços até a sua inteira conclusão, nos termos dos incisos I e III, artigo 67, da Lei nº14.133/2021, podendo ser observado o **ANEXO XVI** deste Edital.

15.6.1.1. O (s) responsável (is) técnico (s) indicado (s) pela proponente deverão assinar, obrigatoriamente, sob pena de inabilitação técnica, o termo de autorização/anuência contido na Declaração de Responsabilidades, conforme **ANEXO XVI, ressalvada a hipótese de o (s) responsável (eis) Técnico (s) referir-se à pessoa do seu representante legal.**

15.6.2. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Edital.

15.6.2.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

15.6.3. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

15.7. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

15.7.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

15.7.2. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

15.7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

15.7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido

feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

15.7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do inciso I do art. 63 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

15.7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

15.7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

15.7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (§1º do art. 4º e §4º do art. 6º da IN nº 3, de 2018).

15.7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (*caput* do art. 7º da IN nº 3, de 2018).

15.7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (parágrafo único do art. 7º da IN nº 3, de 2018).

15.7.10. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

15.7.11. Neste edital a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, logo, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa Seges/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

15.7.11.1. Os documentos listados no item **XV** da **HABILITAÇÃO** deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública e sua ausência ensejará em desclassificação.

15.7.11.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021 e §4º do art. 39 da IN Seges/ME Nº 73, de 2022), para:

15.7.11.2.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

15.7.11.2.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de

recebimento das propostas.

15.7.12. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.7.13. Verificada falha por parte do licitante acerca da juntada, antes da sessão inaugural de licitação, de documento de qualificação fiscal, social e trabalhista que ateste **condição preexistente**, fica autorizado o Agente de Contratação/Comissão de Contratação, diligências necessárias a fim de complementar tais documentos, não sendo tal providência considerada inclusão posterior de documentos.

15.7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, ele será inabilitado.

15.7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015).

XVI – DOS RECURSOS

16.1. Em razão da inversão de fases, as empresas licitantes poderão manifestar suas intenções de recurso após a fase de habilitação e após a fase de julgamento das propostas.

16.2. O prazo para apresentação das razões recursais é de 3 (três) dias úteis.

16.2.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

16.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

16.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

16.3.2. O prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação que ocorrerá exclusivamente pelo sistema;

16.3.3. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso a ser realizada pelo sistema, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

16.3.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

16.3.3.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16.4.1. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da informação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.4.2. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.4.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

XVII – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

17.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

17.1.1. Quando houver erro na aceitação do preço melhor, classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da L. C. n.º 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

17.1.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

17.1.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

17.1.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF ou sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

XVIII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para **adjudicar** o objeto e **homologar** o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021.

XIX – DA CONTRATAÇÃO

19.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

19.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante meio eletrônico por assinatura eletrônica da plataforma do GOV.BR, ou ainda mediante correspondência

postal com Aviso de Recebimento (AR), para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

19.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

19.3.1. A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

19.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

19.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão (extinção) são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

19.4. O prazo de vigência da contratação é de 3 (tres) meses conforme previsão no instrumento contratual ou no Projeto Básico – Anexo I deste Edital.

19.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF ou no site do órgão emissor, para fins de habilitação para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 91, §4, da Lei nº 14.133, de 2021, consulta prévia ao CADIN.

19.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF ou sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

19.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF ou em sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

19.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

19.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de HABILITAÇÃO consignadas no edital, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

19.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade

promotora da licitação.

19.9. A regra do item anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados.

XX – DA CAUÇÃO CONTRATUAL

20.1. A licitante vencedora prestará **garantia ao Contrato, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor global**, nas modalidades definidas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que lhe será devolvida após o término da vigência contratual, mediante solicitação por escrito, descontado, se for o caso, o valor das multas por ventura aplicadas e ainda não pagas pela empresa licitante vencedora.

20.2. Caberá à licitante vencedora optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) Seguro-Garantia – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo, será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da Prefeitura Municipal de Pequizeiro/TO, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato;

c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

20.3. Caso a Licitante opte pela prestação da garantia na modalidade prevista na alínea “b” do item 20.2, deverá fazê-lo no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato. O comprovante de que a contratada prestou garantia nas demais modalidades deverão ser entregue ao Gestor e Fiscal do Contrato, em até 10 (dez) dias corridos, após a data de assinatura do contrato. A ordem de serviço só será emitida após a constituição da garantia.

20.4. A Prefeitura Municipal de Pequizeiro/TO, restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021, mediante requerimento.

20.5. Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com a Secretaria Municipal, nos termos da legislação vigente.

20.6. Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá o Contratado apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação, restando à administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

20.7. Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

20.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

XXI – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, DA PRORROGAÇÃO, DAS ALTERAÇÕES E DAS CONDIÇÕES DE REAJUSTE

21.1. A formalização, prazo de vigência do contrato, possibilidade de prorrogação, das alterações e das condições de reajuste, estão elencadas no Item IV do Projeto Básico – Anexo I deste Edital e na Cláusula Sétima do Contrato a ser firmada, conforme Minuta – Anexo III.

XXII – DO REGIME DE EXECUÇÃO, DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

22.1. O regime de execução, da prestação dos serviços, do prazo e das condições de fornecimento e do recebimento do objeto, está elencado **no Item V do Projeto Básico – Anexo I deste Edital e na Cláusula Quinta do Contrato a ser firmada, conforme Minuta – Anexo III.**

XXIII – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

23.1. A fiscalização e a gestão do Contrato serão acompanhadas e fiscalizadas por pessoa designada pela Contratante, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, conforme elencadas **no Item VI do Projeto Básico – Anexo I deste Edital na Cláusula Oitava do Contrato a ser firmada, conforme Minuta – Anexo III.**

XXIV – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

24.1. As obrigações das Partes do Instrumento Contratual, além das constantes na Lei Nº 14.133/2021, deverão ser observadas, conforme elencadas **no Item VII do Projeto Básico – Anexo I deste Edital na Cláusula Nona do Contrato a ser firmada, conforme Minuta – Anexo III.**

XXV – DO PAGAMENTO

25.1. O pagamento será efetuado pela Contratante, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicados pela contratada, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Gestor do CONTRATANTE, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições previstos da legislação aplicável, bem assim eventuais sanções, devendo ser observado o **disposto no item X do Projeto Básico – Anexo I e na Cláusula Quarta da Minuta do Contrato – Anexo III, ambos deste Edital.**

XXVI – DA SUBCONTRATAÇÃO.

26.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

XXVII – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

27.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

27.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo o Agente de Contratação durante o

certame;

27.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

27.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

27.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

27.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

27.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital.

27.1.3. Não celebrar o contrato ou o instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

27.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

27.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

27.1.5. Fraudar a licitação.

27.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

27.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

27.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

27.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

27.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

27.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

27.2.1. Advertência;

27.2.2. Multa;

27.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

27.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

27.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

27.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

27.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

27.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

27.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

27.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

27.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da contratação licitada, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

27.4.1. Para as infrações previstas dos itens **27.1.1.** a **27.1.3**, a multa será de 2% do valor da contratação.

27.4.2. Para as infrações previstas dos itens **27.1.4** a **27.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor da contratação.

27.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

27.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua informação.

27.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas dos itens 27.1.1 a 27.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

27.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas dos itens 27.1.4 a 27.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas dos itens 27.1.1 a 27.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no §5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

27.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento contratual equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 27.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do §4º do art. 45 da IN Seges/ME nº 73, de 2022.

27.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

27.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a

reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

27.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

27.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

27.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

XXVIII – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

28.1. O contrato se extingue quando vencido

28.2. as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos nos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não

restringir sua capacidade de concluir o contrato;

c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para

alteração subjetiva;

28.3. A extinção do presente termo de contrato poderá ocorrer:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria

conduta;

b) De forma consensual, por acordo entre as partes, conciliação, mediação ou comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial;

28.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

Parágrafo Primeiro: A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE, sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

Parágrafo Segundo: Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE, advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA, exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

Parágrafo Terceiro: A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual, deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

Parágrafo Quarto: O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV da Lei nº 14.133/2021).

XXIX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

29.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Agente de Contratação.

29.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

29.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

29.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

29.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

29.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

29.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

29.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na plataforma eletrônica **SISTEMA ELETRÔNICO: [HTTPS://LICITANET.COM.BR/](https://licitanet.com.br/)** (<https://www.licitanet.com.br>) e no endereço eletrônico: www.filadelfia.to.gov.br

29.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

29.12. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pela Agente de Contratação, no endereço eletrônico mencionado neste Edital.

29.13. O resultado da licitação será divulgado no endereço eletrônico <http://https://www.licitanet.com.br> e no Diário Oficial do Município de Pequizeiro/TO.

XXX – DOS ANEXOS DO EDITAL

30.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

30.1.1. ANEXO I – PROJETO BÁSICO.

30.1.2. ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.

30.1.3. ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO.

30.1.22. ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO PRÓPRIA.

30.1.23. ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.

30.1.24. Observação: Os anexos que não estiverem na Plataforma eletrônica **SISTEMA ELETRÔNICO:** (<https://www.licitanet.com.br>) Baixar no site do Municípioopequizeiro.megasofttransparencia.com.br/ .

Pequizeiro/TO, 20 de maio de 2026

CARLOS CUNHA DE JESUS
Secretário de Administração

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 378/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026
CONVÊNIO Nº 868658/2018

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para execução de obra de **pavimentação asfáltica e drenagem em vias públicas no Município de Pequizeiro/TO**, conforme projetos, planilhas orçamentárias, memorial descritivo e demais anexos.

2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação visa promover a melhoria da infraestrutura urbana, proporcionando:

- Melhoria das condições de tráfego;
- Redução de poeira e lama;
- Aumento da segurança viária;
- Valorização urbana;
- Atendimento ao Convênio nº 868658/2018.

A ausência da obra pode resultar em:

- Danos à mobilidade urbana;
- Custos elevados de manutenção futura;
- Riscos à saúde pública e segurança.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- Lei nº 14.133/2021
- Normas da ABNT
- Normas do DNIT
- Legislação ambiental vigente
- Instrumento de Convênio nº 868658/2018

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Execução de serviços de engenharia compreendendo:

- Regularização do subleito
- Execução de base e sub-base
- Pavimentação asfáltica

- Sistema de drenagem superficial e/ou profunda
- Sinalização viária (se previsto em projeto)

Tudo conforme:

- Projetos técnicos
- Memorial descritivo
- Planilha orçamentária
- Cronograma físico-financeiro

5. LOCAL DE EXECUÇÃO

Vias públicas do Município de Pequizeiro/TO, conforme especificação em projeto.

6. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo será conforme cronograma físico-financeiro, contado a partir da emissão da Ordem de Serviço.

7. VALOR ESTIMADO

Valor global estimado: R\$ **196.399,67** (cento e noventa e seis mil, trezentos e noventa e nove reais e sessenta e sete centavos).

Baseado em:

- Planilha orçamentária;
- Referenciais como SINAPI e/ou composições próprias do projeto aprovado.

8. REGIME DE EXECUÇÃO

- Empreitada por preço global

9. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

- Concorrência Eletrônica
- Critério: Menor preço global
- Procedimento: Inversão de fases (§1º do art. 17 da Lei 14.133/2021)

10. REQUISITOS TÉCNICOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa deverá:

- Possuir registro no CREA/CAU;
- Indicar responsável técnico habilitado;
- Apresentar ART/RRT;

- Comprovar capacidade técnica;
- Dispor de equipamentos adequados;
- Seguir normas da ABNT e DNIT;
- Cumprir integralmente o projeto.

11. DOCUMENTOS TÉCNICOS INTEGRANTES

Fazem parte deste Projeto Básico:

- Projeto de engenharia
- Memorial descritivo
- Planilha orçamentária
- Composição de custos
- Cronograma físico-financeiro
- Especificações técnicas

12. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medições mensais conforme execução dos serviços;
- Pagamento vinculado à aprovação da fiscalização;
- Base no cronograma físico-financeiro;
- Necessária apresentação de:
 - Nota fiscal
 - Relatório de medição
 - ART vinculada

13. FISCALIZAÇÃO

A execução será acompanhada por:

- Fiscal de contrato designado;
- Responsável técnico do município;

Competências:

- Acompanhar execução;
- Validar medições;
- Notificar irregularidades;
- Garantir cumprimento do contrato.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Executar conforme projeto;
- Fornecer materiais e mão de obra;

- Manter segurança do trabalho;
- Corrigir falhas;
- Responsabilizar-se por danos;
- Cumprir prazos.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Emitir Ordem de Serviço;
- Disponibilizar local da obra;
- Fiscalizar execução;
- Efetuar pagamentos;
- Garantir condições contratuais.

16. GARANTIA DA OBRA

A contratada será responsável pela solidez e segurança da obra, conforme legislação vigente (mínimo de 5 anos, conforme Código Civil).

17. IMPACTOS AMBIENTAIS

- Controle de resíduos;
- Destinação adequada de materiais;
- Minimização de impactos;
- Atendimento às normas ambientais.

18. SEGURANÇA DO TRABALHO

A contratada deverá:

- Fornecer EPIs;
- Seguir normas regulamentadoras (NRs);
- Garantir integridade dos trabalhadores;
- Sinalizar área da obra.

19. ANÁLISE DE RISCOS

Risco	Impacto	Mitigação
Atraso na obra	Alto	Fiscalização rigorosa
Chuvas	Médio	Planejamento
Falhas técnicas	Alto	Projeto detalhado
Material inadequado	Médio	Controle técnico

20. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

A obra será considerada aceita quando:

- Executada conforme projeto;
- Aprovada pela fiscalização;
- Sem defeitos aparentes;
- Com documentação completa.

21. SANÇÕES

Aplicação de penalidades conforme Lei nº 14.133/2021:

- Advertência
- Multa
- Suspensão
- Declaração de inidoneidade

22. RESCISÃO

Poderá ocorrer em casos de:

- Descumprimento contratual;
- Paralisação injustificada;
- Falência;
- Interesse público.

23. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DESPESA								
FICHA	ÓRGÃO	UNI	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ./ATIV.	CLASSIFICAÇÃO	FONTE
212	02	14	15	451	0006	1007	4.4.90.51	1.700.0000.0000 1.701.0000.0000 2.700.0000.0000

24. CONCLUSÃO

O presente Projeto Básico demonstra a viabilidade técnica e econômica da contratação, sendo essencial para execução da obra de pavimentação e drenagem no Município de Pequizeiro/TO, garantindo atendimento ao interesse público e ao convênio firmado.

Pequizeiro 06/04/2026

CARLOS CUNHA DE JESUS
Aprovação: Autoridade Competente



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

À

Prefeitura Municipal de Pequizeiro/TO.

Ref.: Processo Administrativo Nº378/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº.06/2026

Proposta que faz a empresa..... para execução de obra de engenharia para Contratação de empresa no ramo de construção civil, para execução de obra, referente PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM EM VIAS PÚBLICA, localizada no município de Pequizeiro/TO, conforme planilhas, projetos e anexos do edital. Convenio - 868658/2018

DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL:.....

CNPJ:.....

ENDEREÇO:.....**Nº**.....

CEP:**CIDADE:****UF:**.....

TELEFONE FIXO: ().....**CELULAR:** ().....

E-MAIL:

Tendo examinado minuciosamente as normas contidas no Edital da Concorrência Eletrônica Nº006/2026 e, após tomar conhecimento de todas as condições estabelecidas, apresentamos a seguinte proposta:

O preço total desta proposta é de R\$ _____(_____), com base na data de apresentação dos documentos de habilitação e proposta de preços, de acordo com os preços unitários constantes da Planilha de Orçamento e conforme Projeto Básico – Anexo I do Edital.

Em anexo está o cronograma físico-financeiro do serviço, Planilha Orçamentária e Composição Analítica do BDI.

Declaramos que em nossos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão de obra especializada ou não, segurança em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Social Trabalhista, Previdenciária, da Infelizmente do Trabalho e Responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços civis e complementares, bem como nosso lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital e seus anexos, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à Prefeitura Municipal de Pequizeiro/TO.

Comprometemo-nos a executar os eventuais serviços não constantes do Edital, mas inerentes à natureza do serviço contratado.

O prazo de execução total dos serviços é de ____ (_____) dias

consecutivos a partir do dia da assinatura do contrato (**conforme cronograma físico-financeiro – Anexo IV**).

O prazo de validade desta proposta não deve ser inferior a **60 (sessenta) dias** consecutivos, a contar do dia da apresentação dos documentos de habilitação e propostas.

Acompanham a nossa Proposta de Preço, os documentos previstos no Edital e seus anexos, bem como todos os demais julgados oportunos para perfeita compreensão e avaliação da proposta.

Utilizaremos os equipamentos e equipes técnica e administrativa que forem necessárias para a perfeita execução do serviço, comprometendo-nos, desde já, a substituir ou aumentar a quantidade dos equipamentos e do pessoal, desde que assim o exija a fiscalização da empresa designada para tal, para o cumprimento das obrigações assumidas.

Providenciaremos a matrícula CEI (Cadastro Específico do INSS) da Obra.

Na execução do serviço, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções da fiscalização da Secretaria Municipal de Educação, assumindo, desde já a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as normas mencionadas nos projetos executivos.

Atenciosamente,

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Nome, Função na Empresa.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 378/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

De um lado, o **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede administrativa à Rua Pedro Ludovico, Centro, CEP **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, doravante denominado **CONTRATANTE**.

De outro, a empresa **[NOME DA EMPRESA VENCEDORA]**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº **[●]**, com sede na **[endereço completo]**, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is), doravante denominada **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato rege-se pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, Decreto Municipal nº 01/2022, bem como pelas disposições do Edital da Concorrência Eletrônica nº 06/2026 e seus anexos, que passam a integrar este instrumento para todos os fins.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA Contratação de empresa no ramo de construção civil, para execução de obra, referente PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM EM VIAS PÚBLICA, localizada no município de Pequizeiro/TO, conforme planilhas, projetos e anexos do edital. Convenio - 868658/2018

, projeto básico, orçamento detalhado, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos constantes do processo.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor global do contrato é de **R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** (_____), conforme planilha orçamentária aprovada e BDI aplicável.

Dotação orçamentária:

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DESPESA								
FICHA	ÓRGÃO	UNI	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. /ATIV.	CLASSIFICAÇÃO	FONTE
212	02	14	15	451	0006	1007	4.4.90.51	1.700.0000.0000
								1.701.0000.0000
								2.700.0000.0000

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. O prazo de execução do objeto contratual será de **30 (trinta) dias**, contados a partir da emissão da **Ordem de Serviço**, expedida pela Administração, conforme Cronograma Físico-Financeiro aprovado e parte integrante deste contrato.

5.2. O prazo de vigência contratual compreenderá o período necessário à execução da obra, acrescido do tempo para recebimento definitivo, conforme disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

5.3. A contagem do prazo observará o disposto no art. 111 da Lei nº 14.133/2021, considerando-se dias corridos, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

5.4. O prazo poderá ser **prorrogado**, nas hipóteses previstas no art. 107, §1º, da Lei nº 14.133/2021, mediante solicitação fundamentada da CONTRATADA e aceitação pela Administração, desde que devidamente justificado o motivo da prorrogação, tais como:

I – alteração do projeto ou das especificações, por necessidade da Administração;

II – superveniência de fato excepcional ou imprevisível, alheio à vontade das partes;

III – interrupção da execução por ordem da Administração;

IV – omissão ou atraso de providências a cargo da Administração;

V – aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei;

VI – impedimento de execução por força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados.

5.5. Caso a execução da obra não seja concluída dentro do prazo estipulado, sem que haja prorrogação autorizada pela Administração, incidirão as penalidades cabíveis, sem prejuízo da rescisão contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar a obra de acordo com as condições estabelecidas no Edital da Concorrência Eletrônica nº 06/2026, seus anexos, orçamento detalhado, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes do processo licitatório.

6.2. Fornecer, às suas expensas, todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos, transporte, mão de obra especializada e serviços necessários ao fiel cumprimento do objeto, observadas as normas técnicas vigentes e as condições de segurança do trabalho.

6.3. Manter, durante toda a execução contratual, profissional(is) habilitado(s) legalmente perante o CREA/CAU, responsável(is) técnico(s) pela obra, com a respectiva **Anotação de Responsabilidade Técnica – ART** devidamente registrada.

6.4. Observar integralmente as legislações trabalhista, previdenciária, fiscal, ambiental e de segurança do trabalho, responsabilizando-se por quaisquer encargos decorrentes.

6.5. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos causados diretamente à Administração ou a terceiros em decorrência de culpa ou dolo na execução contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento realizado pela Administração.

6.6. Manter em perfeito estado de conservação e funcionamento os equipamentos, veículos e máquinas utilizados na execução dos serviços, providenciando sua imediata substituição quando solicitado pela fiscalização.

6.7. Atender às determinações da fiscalização designada pelo CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos e fornecendo documentos, relatórios e informações que lhe forem solicitados.

6.8. Garantir a qualidade dos materiais empregados, apresentando certificados, notas fiscais ou laudos técnicos, quando exigidos pela Administração.

6.9. Cumprir rigorosamente os prazos fixados no cronograma aprovado, adotando medidas necessárias para assegurar o andamento regular da obra.

6.10. Permitir, sempre que solicitado, a visita da fiscalização ou de órgãos de controle externo, fornecendo livre acesso ao canteiro de obras e aos documentos relacionados à execução contratual.

6.11. Responsabilizar-se por eventuais vícios, defeitos ou incorreções técnicas que venham a ocorrer na execução, respondendo pela reparação durante o prazo de garantia legal e contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Proporcionar à CONTRATADA as condições necessárias para a execução do objeto contratual, garantindo o acesso ao local da obra e adotando as medidas administrativas de sua responsabilidade.

7.2. Designar **fiscal de contrato e gestor** para acompanhar e atestar a execução dos serviços, conforme previsto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, assegurando o devido registro das ocorrências em livro ou relatório próprio.

7.3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nos prazos e condições estabelecidos neste contrato, mediante apresentação de medições atestadas pela fiscalização e em conformidade com o **cronograma físico-financeiro**.

7.4. Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada na execução dos serviços, concedendo prazo razoável para correção, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.5. Fornecer, quando necessário, informações, projetos, memoriais descritivos, plantas, croquis e demais elementos técnicos indispensáveis à execução da obra, sempre que tais documentos sejam de sua responsabilidade.

7.6. Analisar e decidir, em tempo hábil, sobre solicitações, requerimentos e pedidos de prorrogação de prazo formulados pela CONTRATADA, desde que devidamente fundamentados e instruídos com documentação comprobatória.

7.7. Assegurar à CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos previstos em lei, especialmente nas hipóteses de fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, força maior, caso fortuito ou alteração unilateral determinada pela Administração.

7.8. Promover a liberação das áreas de intervenção, quando necessárias desapropriações, remoções ou ajustes que sejam de responsabilidade exclusiva do Poder Público.

7.9. Exercer a fiscalização de forma efetiva, sem, contudo, transferir à CONTRATADA as responsabilidades técnicas, administrativas, trabalhistas, previdenciárias, civis ou criminais decorrentes da execução do objeto.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento à CONTRATADA será realizado em **parcelas mensais**, vinculadas à execução física da obra, mediante apresentação das **medições** correspondentes, atestadas pela fiscalização do CONTRATANTE, em conformidade com o **Cronograma Físico-Financeiro** aprovado.

8.2. Cada medição corresponderá aos serviços efetivamente executados, devendo ser instruída com:

I – Boletim de Medição;

II – Relatório Fotográfico (quando exigido);

III – Notas fiscais/faturas devidamente emitidas;

IV – Certidões de regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e FGTS, válidas no ato da liquidação da despesa.

8.3. Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do protocolo da fatura/nota fiscal no setor competente da Prefeitura, desde que devidamente atestada a execução pela fiscalização contratual.

8.4. Sobre os pagamentos poderão incidir as retenções legais obrigatórias, tais como:

I – Imposto Sobre Serviços – ISS;

II – Contribuição Previdenciária, quando aplicável;

III – Tributos Federais (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL), nos termos da legislação vigente.

8.5. Em caso de eventuais glosas ou divergências constatadas nas medições, o valor correspondente será deduzido do pagamento, sem prejuízo da apuração de responsabilidades e aplicação das sanções previstas em lei e neste contrato.

8.6. A existência de pendências administrativas, fiscais, trabalhistas ou previdenciárias, bem como a apresentação de documentação vencida, autoriza a suspensão do pagamento até a devida regularização pela CONTRATADA.

8.7. O pagamento não caracteriza, em hipótese alguma, aceitação definitiva dos serviços, que somente será formalizada com o **Recebimento Definitivo**, após a conclusão da obra e cumprimento das exigências legais e contratuais.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

9.1. Para assegurar a plena execução do contrato, a CONTRATADA prestará **garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato**, em uma das seguintes modalidades, a critério da Administração:

- I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II – seguro-garantia;
- III – fiança bancária.

9.2. A garantia deverá ser constituída no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da assinatura do contrato, como condição para a emissão da Ordem de Serviço.

9.3. A garantia prestada terá validade até o recebimento definitivo da obra, incluindo o prazo de garantia contratual, podendo ser retida parcialmente ou integralmente em caso de:

- I – descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas;
- II – aplicação de penalidades pecuniárias;
- III – rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.

9.4. A CONTRATADA poderá solicitar a substituição da modalidade de garantia durante a vigência do contrato, desde que autorizada expressamente pelo CONTRATANTE e sem prejuízo à Administração.

9.5. A garantia será restituída à CONTRATADA após a conclusão da obra e o **Recebimento Definitivo**, desde que não haja pendências de obrigações contratuais, indenizações ou penalidades a serem aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especialmente designada pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, doravante denominado **Fiscal do Contrato**.

10.2. Compete ao Fiscal do Contrato:

- I – acompanhar, conferir e registrar o andamento da obra, verificando a conformidade dos serviços executados com o projeto, cronograma, especificações técnicas e demais documentos contratuais;
- II – atestar as medições, como condição para a liberação dos pagamentos;
- III – registrar em relatórios próprios todas as ocorrências que interfiram na execução do objeto, propondo providências cabíveis;
- IV – exigir da CONTRATADA a imediata correção de falhas, defeitos ou irregularidades constatadas;
- V – comunicar ao Gestor do Contrato e às autoridades competentes quaisquer fatos que possam acarretar prejuízo à Administração ou comprometer a execução da obra.

10.3. O exercício da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade técnica, administrativa, trabalhista, previdenciária, civil ou penal da CONTRATADA, que permanece única e integralmente responsável pela execução do objeto.

10.4. A fiscalização terá livre acesso ao local da obra, às instalações, materiais, equipamentos, documentos e registros relacionados ao contrato, devendo a CONTRATADA fornecer todas as informações e condições necessárias ao pleno desempenho de suas funções.

10.5. Eventuais falhas ou omissões da fiscalização não eximem a CONTRATADA de suas responsabilidades quanto à perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como a prática de quaisquer irregularidades na execução do contrato, sujeitará a mesma às sanções previstas nesta cláusula, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal cabível.

11.2. As sanções aplicáveis são:

I – **Advertência**, por escrito, nos casos de infrações de menor gravidade;

II – **Multa**, na forma abaixo:

a) multa moratória de até **0,5% (meio por cento)** do valor do contrato por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento);

b) multa compensatória de até **10% (dez por cento)** do valor do contrato, nos casos de inexecução total ou parcial do objeto;

III – **Impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até **3 (três) anos**;

IV – **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

11.3. A aplicação das penalidades previstas nos incisos anteriores observará o **contraditório e a ampla defesa**, nos termos da legislação vigente.

11.4. As multas aplicadas poderão ser:

I – descontadas dos pagamentos devidos à CONTRATADA;

II – cobradas judicialmente, quando não for possível a compensação.

11.5. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula não elide a possibilidade de **rescisão contratual**, nos casos em que couber, conforme os arts. 137 a 141 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

12.1. O presente contrato terá **vigência de 3 (tres) meses**, contados da data de sua assinatura, abrangendo o período necessário para a execução da obra, conforme previsto no **cronograma físico-financeiro**, bem como para a realização do recebimento definitivo do objeto.

12.2. A vigência contratual poderá ser **prorrogada**, por iguais ou diferentes períodos, nas hipóteses previstas no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante solicitação fundamentada da

CONTRATADA e anuência formal do CONTRATANTE, desde que devidamente justificada por:

- I – alteração do projeto ou das especificações por necessidade da Administração;
- II – superveniência de fato excepcional ou imprevisível, alheio à vontade das partes;
- III – interrupção da execução por ordem da Administração;
- IV – aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites legais;
- V – impedimento da execução por caso fortuito ou força maior.

12.3. A prorrogação deverá ser formalizada por meio de **termo aditivo**, devidamente publicado no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no **Diário Oficial do Município**, conforme dispõe a legislação vigente.

12.4. A vigência contratual não poderá ultrapassar os limites previstos no art. 107, §3º, da Lei nº 14.133/2021, salvo nos casos de obras e serviços de engenharia financiados com recursos de operações de crédito ou convênios, desde que previsto nos instrumentos respectivos

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

I – **unilateralmente pela Administração**, nos casos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, em especial:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais;
- b) lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a inexecução;
- c) paralisação da obra sem justa causa e sem prévia comunicação;
- d) subcontratação total ou parcial do objeto sem autorização;
- e) desatendimento das determinações regulares da fiscalização;
- f) decretação de falência, insolvência ou dissolução da empresa contratada;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela autoridade máxima da Administração;
- h) ocorrência de caso fortuito ou força maior, impeditivos da execução contratual.

II – **amigavelmente**, por acordo entre as partes, reduzido a termo e publicado, desde que haja conveniência para a Administração.

III – **judicialmente**, nos termos da legislação civil aplicável.

13.2. A rescisão contratual, quando de responsabilidade da CONTRATADA, poderá acarretar, sem prejuízo das demais sanções cabíveis:

- I – execução da garantia contratual, no todo ou em parte;
- II – retenção de créditos suficientes para ressarcimento de prejuízos causados à Administração;
- III – responsabilidade pela recomposição dos danos causados, inclusive lucros cessantes.

13.3. Na hipótese de rescisão, o CONTRATANTE poderá assumir, imediata e diretamente, a execução e utilização dos bens, serviços, instalações e materiais já entregues ou em fase de execução, visando a continuidade da obra.

13.4. Quando a rescisão decorrer de culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA terá direito ao ressarcimento pelos prejuízos regularmente comprovados, limitados aos serviços já executados e devidamente medidos, além da devolução da garantia contratual.

13.5. A rescisão contratual será formalizada mediante processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, e deverá ser publicada no **PNCP** e no **Diário Oficial do Município**, em observância à legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução do presente contrato que não possam ser resolvidas administrativamente, as partes elegem o **Foro da Comarca de Pequizeiro/TO**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Pequizeiro/TO, ____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE:

Prefeito Municipal de Pequizeiro/TO

CONTRATADA:

[NOME DA EMPRESA]

[Representante Legal]

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO PRÓPRIA.

À
Prefeitura Municipal de Pequizeiro/TO.
Ref.: Processo Administrativo Nº378/2026
Concorrência Eletrônica Nº.06/2026

OBJETO: Contratação de empresa no ramo de construção civil, para execução de obra, referente PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM EM VIAS PÚBLICA, localizada no município de Pequizeiro/TO, conforme planilhas, projetos e anexos do edital. Convenio - 868658/2018

A empresa _____ (Razão social), nome fantasia _____ inscrita no CNPJ nº _____, na Inscrição Estadual nº _____, com sede na _____, (endereço completo, rua, nº, Quadra, Lote, Setor, CEP,) Cidade/UF, Telefone (xx)xxxxxxx), e-mail: xxxxxxxxxxxx, através de seu representante legal/procurador o (a) Sr.(a) _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) do Documento de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado à (endereço completo, rua, nº, Quadra, Lote, Setor, CEP, Cidade, Telefone: (xx)xxxxxxx, e-mail _____;

DECLARA para todos os ns, especialmente para cumprimento da habilitação na Concorrência Eletrônica Nº006/2026, que **NÃO REALIZOU A VISTORIA DO LOCAL** onde serão executados os serviços/objeto da referida licitação, no entanto, DECLARA que tem ciência da localização, condições, características e complexidades técnicas e locais que envolvem a execução do objeto e elaboração da proposta de preços a ser apresentada na sessão, comprometendo-se que, se vencedora, executará o objeto do referido Processo conforme descreve o Projeto Básico, Edital e seus anexos.

DECLARA, por fim, ciência de que não caberá da nossa parte, posteriormente qualquer alegação de desconhecimento acerca da execução da obra/serviços. Assumimos exclusiva responsabilidade, em razão da ocorrência de eventuais prejuízos decorrentes da omissão na verificação do local de instalação e execução da obra.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Cidade-UF, aos _____ dias do mês de _____ 2026.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
Nome, Função na Empresa.
Assinatura do Representante Legal da Empresa

ANEXO XVI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

À
Prefeitura Municipal de Pequiizeiro/TO.
Ref.: Processo Administrativo Nº378/2026
Concorrência Eletrônica Nº06/2026

OBJETO: Contratação de empresa no ramo de construção civil, para execução de obra, referente PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM EM VIAS PÚBLICA, localizada no município de Pequiizeiro/TO, conforme planilhas, projetos e anexos do edital. Convenio - 868658/2018

A empresa _____ (**Razão social**), nome fantasia _____ inscrita no CNPJ nº _____, na Inscrição Estadual nº _____, com sede na _____, (endereço completo, rua, nº, Quadra, Lote, Setor, CEP,) Cidade/UF, Telefone(XX)XX, e-mail: xxxxxxxxxxxx, através de seu (**proprietário/sócio administrador/representante legal/procurador**) conforme o caso, o(a) Sr.(a) _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) do Documento de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado à (endereço completo, rua, nº, Quadra, Lote, Setor, CEP, Cidade, Telefone: (XX)XXX, e-mail: _____;

DECLARA para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do presente procedimento licitatório que:

- Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessários;
- Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do Contrato;
- Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº 8.078 – Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e seus respectivos Anexos da presente licitação;

DECLARA para fins de participação da Concorrência Eletrônica Nº06/2026 que, caso venha a vencer a referida licitação o (s) responsável (is) técnico (s) pela (s) obra (s) será (ão):

Nome do Representante (s) Técnicos	Especialidade	Nº do Registro	Data do Registro

...			

DECLARA, que manterá o (s) profissional (is) indicado (s) acima, como responsável (is) técnico (s) na direção e execução dos trabalhos no local dos serviços até a sua inteira conclusão, nos termos dos incisos I e III, artigo 67, da Lei nº14.133/2021, visto que o (s) mesmo (s) possuem vínculo profissional conforme exige o edital.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Nome, Função na Empresa.

Assinatura do Representante Legal da Empresa